

## SINDICATO E COOPERATIVISMO: OS METALÚRGICOS DO ABC E A UNISOL COOPERATIVAS

Nilson Tadashi Oda<sup>1</sup>

Tarcisio Secoli<sup>2</sup>

### Introdução

A região do ABC paulista agrega um importante complexo industrial, formado a partir dos anos 50. Esta indústria tem no setor metal-mecânico, e mais centralmente no setor automotivo, o seu núcleo dinâmico. Em torno das multinacionais produtoras de veículos (Volkswagen, Ford, GM, Mercedes-Benz, Toyota, Scania e, mais recentemente, a Land Rover), encontram-se grandes empresas fornecedoras de peças e componentes automotivos: TRW, Dana, Mahle Metal Leve, Nakata, Cofap, Arteb, Sachs, entre tantas outras. Além dessas, a região conta ainda com um grande número de empresas produtoras de bens de capital e de eletro-eletrônicos.

A forte concentração industrial e o fato de ter sido palco das grandes greves do final dos anos 70 e da construção de um novo sindicalismo fizeram com que a região passasse a exercer um importante papel econômico e político no cenário nacional.

Contudo, desde o início dos anos 90, a economia do ABC vem passando por um processo de intensas mudanças, entre as quais: fechamento de empresas industriais, deslocamento de plantas produtivas para outras regiões do país, reestruturação da produção e do trabalho, enxugamento das grandes estruturas verticalizadas, redução da mão-de-obra na indústria, expansão do setor de serviços, novo perfil dos postos de trabalho. Segundo dados da Eletropaulo, nos primeiros cinco anos da década, a região

---

<sup>1</sup> *Mestrando no Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP e Técnico do DIEESE na Subseção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.*

<sup>2</sup> *Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC*

perdeu cerca de mil estabelecimentos industriais (entre grandes, médios e pequenos). Houve ainda uma redução de cerca de 100 mil postos de trabalho formais na indústria e um crescimento de 9 mil postos de trabalho no setor de serviços, entre 1990 e 1996, segundo informações obtidas a partir da RAIS/Ministério do Trabalho. De acordo com o Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul (IMES), a indústria, que em 1989 representava 52% dos empregos formais na região, em 1999 participou com apenas 30%.

A razão desta crise “industrial”, para muitos, residiria no “custo ABC” (resultante do conjunto formado pelo alto custo dos terrenos, infra-estrutura saturada, carga tributária regional elevada e custos de mão-de-obra mais altos), especialmente no contexto da chamada “guerra-fiscal”. Esta, que tem como causa a atração de investimentos por parte de Estados e Municípios, e que de certa forma é apoiada e promovida pelo governo federal, tem modificado significativamente o mapa da localização geográfica do setor automotivo no Brasil. São vários os exemplos de novas plantas automotivas e de componentes que surgem a partir de pesados incentivos fiscais e creditícios, e que passam a estar localizadas fora dos eixos tradicionais de produção no setor: Ford na Bahia, Renault e VW no Paraná, VW no Rio de Janeiro, entre tantas outras.

Diante deste cenário de grandes transformações, muitas delas negativas para a região, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC vem buscando aliar um sindicalismo de resistência e de luta – que coloca barreiras contra as agressões aos empregos e à retirada de conquistas de direitos dos trabalhadores -, a um sindicalismo propositivo, que formula propostas de intervenção nas políticas públicas, nas políticas industriais e setoriais, e nas mudanças conduzidas em nível das fábricas.

Nos últimos anos, são vários os exemplos de proposições e ações desenvolvidas pelo Sindicato com vistas à preservação de postos de trabalho e renda: Câmara Setorial

Automotiva, Câmara Regional do Grande ABC<sup>3</sup>, MOVA Regional<sup>4</sup>, Acordo Emergencial, Renovação da Frota Nacional de Veículos<sup>5</sup>, Central do Trabalho e Renda e o esforço atual pela realização do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho no complexo automotivo.

Estas ações vêm contribuindo para amenizar o desemprego na categoria e na região. Contudo, continuam fortes as tendências no sentido da construção de um novo perfil da economia regional e do seu setor industrial em particular – até porque se tratam de tendências gerais que vem se verificando em todas as áreas de forte concentração industrial em todo o mundo. Assim, mesmo atenuado, segue o enxugamento das grandes plantas produtivas, o deslocamento geográfico, a terceirização. Tudo isto, agravado pelo fato de que, no Brasil, a política econômica vem colocando fortes obstáculos à atuação do setor produtivo, como a política de juros elevados, a alta carga tributária e a liberalização das importações, sem critérios de gradualismo e seletividade.

Por conseguinte, o Sindicato vem procurando elaborar novas alternativas coerentes com as mudanças mencionadas. É neste contexto que se insere a discussão das cooperativas.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e as Cooperativas

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC encerrou seu III Congresso, em novembro de 1999, com o lançamento da UNISOL Cooperativas – União e

---

<sup>3</sup> A Câmara Regional do ABC, instalada no início de 1997, envolvendo Governo do Estado, Prefeituras, Fórum da Cidadania, Sindicatos e Sociedade Civil, vem, desde então, discutindo uma série de temas, visando incrementar a competitividade regional. Entre os temas discutidos estão: malha viária, moradia, enchentes, educação, transporte, turismo, Porto de Santos, entre outros. Os primeiros acordos foram assinados em novembro de 1997; posteriormente, outros acordos, tais como o Banco do Povo em Santo André (a partir de maio de 1998) e a Agência do Desenvolvimento do ABC (criada em outubro de 1998) foram implementados.

<sup>4</sup> O Sindicato é um dos promotores do Mova Regional, que pretende estender para toda a região a experiência de alfabetização e educação para cidadania, que ocorre desde 1995 na cidade de Diadema.

<sup>5</sup> A proposta de incentivos para a Renovação da Frota Nacional de Veículos, elaborada pelo Sindicato, vem sendo discutida de modo tripartite desde o início de 1999. Além dos objetivos para a sociedade como um todo (redução da emissão de poluentes, aumento da segurança no trânsito, reciclagem de materiais, melhoria do fluxo viário, entre outros), a renovação poderá representar a geração/manutenção de 65 mil postos de trabalho em toda a cadeia produtiva.

Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo. Esta associação, organizada pelo Sindicato, inicialmente com a união de 12 cooperativas e a participação do Sindicato dos Químicos do ABC e Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, busca promover, por intermédio da articulação dos interesses de suas afiliadas, um sistema cooperativo na região e no Estado.

Em realidade, esta decisão de constituir uma União de Cooperativas consolida um trabalho desenvolvido pelo Sindicato já desde 1996, em seu II Congresso. Como uma das ações de combate ao desemprego, aquele encontro propôs a discussão “*com os trabalhadores [de] formas inovadoras de geração de emprego, ou de se evitar demissões anunciadas, pela via da experiência de cooperativas, auto-gestão, co-gestão e outras modalidades criativas que garantam a manutenção dos postos de trabalho*”<sup>6</sup>.

Em relação às cooperativas, ainda, o II Congresso indicou que seriam necessárias algumas alterações no estatuto do Sindicato, tornando possível “*o direito de sindicalização a todo trabalhador do setor metalúrgico (...) vinculado à respectiva empresa mediante qualquer forma de subordinação e dependência*”<sup>7</sup>.

A decisão do Sindicato de tomar as cooperativas como uma de suas prioridades insere-se também a difusão do tema no país. Da mesma maneira como já ocorrera em outros países, as cooperativas no Brasil passaram a figurar como alternativa à geração de trabalho e renda após o agravamento da crise econômica e a explosão do desemprego. Isto pode ser constatado pela elevação no número de cooperativas constituídas nos últimos anos, conforme demonstrado pelas informações da Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB), expressas na tabela a seguir. Vale destacar que, entre 1990 e 1998, a taxa de crescimento do número de cooperativas é de 44%, e a taxa de crescimento do número de cooperados atinge 53%.

---

<sup>6</sup> Caderno de Resoluções do II Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, julho/1997.

<sup>7</sup> Estatuto do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, novembro/1998.

## Nº DE COOPERATIVAS E DE COOPERADOS NO BRASIL

Anos	Nº de cooperativas	Nº de cooperativados
1990	3.549	2.883.036
1991	3.529	3.232.098
1992	3.548	2.991.486
1993	3.610	2.869.625
1994	3.701	2.928.391
1995	3.928	3.553.607
1996	4.316	3.628.985
1997	4.851	4.025.299
1998	5.102	4.428.925

*Elaboração Subseção DIEESE, com base nos dados da OCB.*

Estes números confirmam, em grande medida, a relação entre a elevação do número de cooperativas e o agravamento da crise econômica. Foi exatamente a partir de 1990 que a taxa de desemprego passou a apresentar crescimento mais acentuado, chegando a mais do que dobrar neste final de década: segundo as estatísticas da pesquisa DIEESE/SEADE, de cerca de 8% de taxa média nos anos 80, pula-se para o patamar atual de aproximadamente 20% na Região da Grande São Paulo. No Brasil como um todo, as estimativas apontam para mais de 10 milhões de desempregados. Na região do ABC, em particular, mais de 240 mil pessoas encontravam-se desempregadas em outubro de 1999, o que significa o impressionante patamar de 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA).

Finalmente, cabe ressaltar também que além da geração de trabalho e renda, o tema das cooperativas remete também a uma discussão ideológica no meio do movimento sindical. Para algumas correntes sindicais que se declaram mais à esquerda do espectro político, as atuais cooperativas não passam de mais uma forma dos trabalhadores se subordinarem à economia de mercado, capitalista. Para essas correntes, a luta prioritária é aquela que se trava contra os patrões. Já no entender da visão majoritária prevalente no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, as cooperativas, além de representarem um caminho alternativo para garantir a sobrevivência do parque produtivo instalado, os postos de trabalho e a geração de renda, significam também um importante instrumento para a organização e a educação política e econômica dos

trabalhadores, e da classe como um todo. Mesmo atuando segundo as regras do mercado capitalista, as cooperativas constituem-se na possibilidade do avanço de conhecimento dos trabalhadores no que se refere ao controle do processo de gerenciamento e produção, representando um passo coerente com o compromisso histórico do Sindicato com o socialismo.

O Sindicato tem se posicionado de forma a olhar o cooperativismo não como tábua de salvação de empresas. A idéia que permeia o projeto, inclusive, é a da construção de organizações efetivamente novas, sem qualquer existência anterior e sem qualquer vínculo prévio com marca, produto e processo. Objetiva-se, assim, construir organizações capazes de serem economicamente rentáveis, fortes e competitivas, constituídas desde o início a partir da vontade e dos interesses dos trabalhadores.

As cooperativas no ABC paulista

Em tese, tanto os sindicatos quanto às cooperativas nascem com o objetivo de melhorar as condições de vida de seus associados. Neste sentido, os sindicatos e as cooperativas tiveram, ao longo de suas trilhas históricas, momentos de maior e de menor aproximação. Hoje, no caso específico dos metalúrgicos da região do ABC paulista, pode-se dizer que o momento vivido é de forte proximidade.

Assim, o Sindicato tem apoiado as iniciativas dos trabalhadores que, empregados em empresas em estado de crise ou em processo falimentar, têm optado pela constituição de cooperativas como alternativa à manutenção do seu trabalho e renda. Para tanto, o Sindicato tem provido apoio jurídico e técnico, suporte em organização e na formação dos trabalhadores, além do devido respaldo político.

Esta iniciativa do Sindicato, inspirado no exemplo do ocorrido em outros países, visa a preservação de postos de trabalho que se mostravam inviabilizados, permitindo a reincorporação dos trabalhadores excluídos do processo produtivo em razão da elevada idade, baixa escolaridade e problemas de saúde ou seqüelas ocupacionais. Sob a ótica

do Sindicato, portanto, este pode ser o caminho para o desenvolvimento de uma economia solidária.

Com o intuito de ampliar os conhecimentos acerca de sistemas cooperativos, o Sindicato estabeleceu, em 1998, um protocolo de intenções para troca de informações a partir das experiências ocorridas na região da Emilia Romagna, no norte da Italia. As entidades italianas envolvidas neste acordo de parceria são: Confederazione Generale Italiana dei Lavoratori (CGIL), Confederazione Italiana Sindacale dei Lavoratore (CISL), Unione Italiana dei Lavoratore (UIL), Federazione Italiana dei Metallurgici (FIM/CISL), Federazione Impiegati Operai Metallurgici (FIOM/CGIL), Unione Italiana dei Lavoratori Metallurgici (UILM/UIL) e a Lega delle Cooperative, a maior Central Cooperativa naquele país.

O Sindicato tem participado também das discussões, no âmbito da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sobre o projeto para a constituição de uma Agência de Desenvolvimento Solidário, cujos objetivos são: fomentar os valores da solidariedade na sociedade; facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito; formar profissionais com capacidade de gestão; apoiar a criação e a viabilização (incubação) de empreendimentos solidários; organizar redes de economia solidária articulada a estratégias de desenvolvimento sustentável; proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias.

Assim como no caso da Agência de Desenvolvimento Solidário, o Sindicato tem procurado envolver outros atores da sociedade no tema do cooperativismo, tais como: sindicatos de outras categorias, universidades, institutos tecnológicos, incubadoras de cooperativas e administrações municipais. Neste último caso, merecem destaques as iniciativas da Prefeitura de Santo André e de São Paulo, que vem desenvolvendo importantes projetos relacionados às cooperativas e apoio às micros e pequenas empresas, por intermédio da incubadora de empresas, incubadoras de cooperativas e do Banco do Povo.

Nestes quase três anos de maior envolvimento com o tema, o Sindicato já apoiou a constituição de 13 cooperativas na região, possibilitando a cerca de 600 pessoas cooperativadas a manutenção de trabalho e renda. Essas cooperativas são: Coopertratt, Coopercon, Cooperlafe, Cooperfor (que formam o grupo de cooperativas provenientes da ex-Conforja<sup>8</sup>), Uniwidia, Cooframe, Cooperautex, Textilcooper, Plasticcooper, Coperinca, Cones: cooperativa Nova Esperança, Cooperflex, e Coopsind (Cooperativa habitacional promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC).

Todavia, inúmeras têm sido as dificuldades enfrentadas por estas cooperativas e pelos trabalhadores cooperativados. Em seminário interno realizado pelo Sindicato, em fevereiro de 1998, foram apontados diversos problemas que abrangiam os aspectos comportamentais, a carência de informações, formação e capacitação para os trabalhadores cooperativados, e até aqueles relacionados à natureza dos produtos, processos produtivos e mercados.

Assim, no que concerne às dificuldades de mudanças comportamentais, o seminário destacou a dificuldade do cooperativado, enquanto indivíduo, em lidar dentro do novo contexto com os múltiplos papéis sociais relacionados: ex-empregado, sócio, trabalhador e patrão de si mesmo. Visto de outro modo, trata-se da questão de como romper com o clássico padrão taylorista/fordista de relação de emprego, com suas divisões/parcelamentos de tarefas, separação rígida entre planejamento, programação, controle e operação, e hierarquia vertical de comando, tão presente nas empresas convencionais.

Isto coloca a necessidade de informação, formação e capacitação para a condução do negócio. Esta necessidade advém também do fato de que, nas referidas cooperativas, a maioria dos trabalhadores cooperativados é constituída de ex-operários,

---

<sup>8</sup> A Conforja, empresa fabricante de tubos, flanges, conexões e produtos forjados/laminados foi uma das maiores forjarias da América Latina. Até o início dos anos 90 a Conforja empregava cerca de 1400 trabalhadores, chegando em 1994 com menos de 800 trabalhadores. No final de 1996 a empresa apresenta uma proposta de co-gestão, mas que teve uma curta duração e pouco sucesso. Em meados de 1997 é decretada a falência da empresa. Com isto, os trabalhadores, apoiados pelo Sindicato, lançam um manifesto para a constituição de cooperativas, que após serem formalizadas, no final deste mesmo ano, passam a controlar os meios de produção por intermédio do arrendamento da “massa falida”.



de baixa ou média qualificação, e, portanto, com menores possibilidades de recolocação no mercado de trabalho. Ao contrário, os profissionais que atuaram em cargos de chefia ou administração, nas antigas empresas fechadas/falidas, buscam sua realocação no mercado de trabalho ou a criação de outros negócios independentes, ao invés de sua participação nestas cooperativas.

Foi mencionada ainda no seminário a necessidade de se promover cursos de formação sobre os princípios e conceitos do cooperativismo, para todos os participantes em cooperativas, dadas às características próprias de funcionamento das cooperativas.

Um outro bloco de preocupações dizia respeito ao produto, ao processo produtivo e ao mercado. Estas preocupações podem ser sintetizadas por algumas das questões que se seguem: como desenvolver os fornecedores? Como desenvolver clientes? Como ter acesso a linhas de financiamentos, especialmente para capital de giro? Como obter capacitação e acesso à tecnologia?

Com isto, colocou-se expressamente a necessidade de capacitação, pois a ausência de competências em planejamento e “operação” e de conhecimento e domínio de mecanismos para otimizar a distribuição e comercialização dos produtos e da produção - fundamentais ao funcionamento da cooperativa - requerem o desenvolvimento profissional, gerencial e comportamental dos trabalhadores cooperativados.

Por fim, realçou-se a importância de se constituir uma assessoria técnica que pudesse dar um suporte às cooperativas em relação aos aspectos jurídicos e legais, contábeis, financeiros, administrativos, de gestão e de marketing.

Em que pese todas as dificuldades enfrentadas ainda hoje pelas cooperativas e pelos trabalhadores cooperativados, a avaliação do Sindicato indica que os resultados, aos poucos alcançados, têm sido muito positivos. Entretanto, mostra também que, para

se ampliar as oportunidades oferecidas por um sistema cooperativo legítimo, deve-se desenvolver ações tais como: a) fortalecer as cooperativas por intermédio da ajuda mútua, através da criação de uma rede de cooperativas e de outros organismos que possibilitem às cooperativas interações comerciais, tecnológicas etc.; b) formar os trabalhadores cooperativados, bem como os integrantes dos conselhos de administração, de forma a aprimorar e consolidar os princípios do cooperativismo, e; c) envolver outros sindicatos no apoio ao cooperativismo e à economia solidária, tendo em vista o contato permanente entre sindicatos e trabalhadores, de seu poder de organização e sua posição privilegiada de observação de empresas em situação de crise. Com isto haverá um processo de amadurecimento das cooperativas e dos trabalhadores cooperados, resultando em uma real democratização dos meios de produção e, principalmente, uma nova dimensão de cidadania.

As propostas dos Metalúrgicos do ABC para as cooperativas

Tendo como objetivo fortalecer um sistema cooperativo, o Sindicato tem, de um lado, apoiado o fortalecimento e a criação de cooperativas genuínas e, de outro lado, combatido as organizações criadas exclusivamente para fraudar os direitos trabalhistas. É inegável os avanços contra as fraudes. Primeiro pela ação direta nas empresas que começam a usar desta modalidade de mão de obra, e não sendo possível pela pressão direta, o trabalho em conjunto com Ministério Público do Trabalho.

No entanto, a viabilização deste objetivo requer uma série de outras iniciativas. Deste modo, o Sindicato tem colocado em prática algumas propostas complementares, que dizem respeito à legislação, aos mecanismos de financiamentos, às estruturas de apoio, à sindicalização dos cooperados e à criação de uma associação de cooperativas.

Em termos de alterações nas legislações que, direta ou indiretamente, regem as cooperativas, são listadas as seguintes propostas:

- . Alteração na lei geral de cooperativismo (Nº 5.764/71) de forma a adequá-la à nova realidade<sup>9</sup>;
- . Alteração na atual lei de falências, de tal forma que empresas nesta situação possam ser administradas pelos próprios trabalhadores, por intermédio das cooperativas;
- . Definição sobre as atribuições do sócio trabalhador: direitos e obrigações;
- . Simplificação dos procedimentos e das exigências burocráticas para a constituição de cooperativas;
- . Alteração na legislação, afastando os riscos da empresa cooperativa ser considerada sucessora das dívidas da empresa falida;
- . Regulamentação para contratação de empregados pelas cooperativas, com a fixação de restrições quanto ao número de empregados e às atividades que exercem (que não devem ser essenciais ao funcionamento da cooperativa);
- . Adequação na legislação previdenciária, com vistas a eliminar a duplicidade de pagamento, tendo em conta que as cooperativas contribuem com 15% de seu faturamento, e os trabalhadores, como autônomos, também com outros 15%;
- . Adequação da legislação cooperativista, para deixar de ser normatizadora e se transformar em fomentadora de cooperativismo.
- . Criação de uma modalidade de seguro para os trabalhadores em cooperativas, que cubra casos específicos de invalidez e/ou doenças profissionais.

Com relação à questão financeira - um dos principais problemas das cooperativas atualmente -, as proposições do Sindicato são as seguintes:

- . Que o BNDES, assim como outros bancos, disponibilize linhas de crédito para capital de giro e investimentos (aquisição de instalações físicas,

---

<sup>9</sup> Cabe lembrar que a legislação vigente baseou-se originalmente nas cooperativas agrícolas, devendo por isto ser adaptada às outras modalidades de cooperativas, como as de produção, de trabalho, de serviço, etc

máquinas, equipamentos etc.), com tratamento diferenciado em termos de taxa de juros, carência e prazo de pagamento;

. Com vistas a evitar má utilização destas linhas de crédito, propõe-se que a liberação do crédito ocorra mediante a aprovação da associação representante das cooperativas à qual a solicitante é filiada, e igualmente com a aprovação do Ministério do Trabalho;

. Criação de um “sistema fiança”, constituído a partir de um conjunto de recursos formados por uma rede de atores públicos e privados, que dê garantias aos empréstimos solicitados pelas cooperativas;

. Estabelecimento de mecanismos de apoio financeiro às associações de cooperativas, para que estas também possam ajudar as cooperativas no seu fortalecimento.

Indo além, pode-se estabelecer como contrapartida que as cooperativas passem a ter como obrigação a criação de um fundo de reserva, com caráter “indivisível”, pois, apesar de fazer parte do capital, o montante deste fundo não poderia ser dividido entre os sócios, servindo então como “poupança” para financiamento de outras cooperativas. A gestão deste fundo de reserva deverá ser plural e democrática, com a participação das associações de cooperativas e de outros atores.

Além da UNISOL Cooperativas, que será melhor analisada a seguir, a direção do Sindicato entende que é fundamental consolidar determinadas estruturas que tornem possível às cooperativas o acesso ao suporte técnico, administrativo e formativo, visando o aprimoramento das cooperativas e dos trabalhadores cooperativados. Para isto, torna-se necessário:

. O envolvimento de outros setores no processo de formação de um sistema cooperativo. Um bom exemplo são as Universidades, que devem cumprir um papel importante, seja na formação teórica dos cooperados, seja no

desenvolvimento prático através das incubadoras tecnológicas de cooperativas;

. A participação das administrações municipais, como no já citado caso da Prefeitura de Santo André, que desenvolve projeto de incubação de empresas e cooperativas, bem como o “Banco do Povo”, que pode fomentar a criação e o desenvolvimento das cooperativas no município;

. A integração com outras entidades sindicais cabendo a elas um papel chave: por meio do contato direto com os trabalhadores sindicalizados e do conhecimento das empresas de sua base, os sindicatos podem diagnosticar os casos em que as cooperativas serão viáveis e interessantes aos trabalhadores;

. A filiação dos trabalhadores cooperativados em seus respectivos sindicatos;

. Uma forte atuação dos sindicatos impedindo a formação das chamadas “Coopergatos”;

. A promoção e desenvolvimento de uma associação de cooperativas, em nível nacional, de forma a consolidar a aliança entre estas e os sindicatos;

Outra proposta do Sindicato diz respeito à sindicalização dos trabalhadores em cooperativas fortalecendo assim tanto o sindicato, os trabalhadores cooperativados e as cooperativas. No caso específico dos Metalúrgicos do ABC, a alteração no estatuto do Sindicato possibilitou que os trabalhadores em cooperativas, independente de sua categoria profissional, pudessem se filiar à entidade.

Igualmente, a partir da filiação dos trabalhadores cooperativados ao Sindicato, propõe-se a constituição de Comitês Sindicais de Empresas, de forma que os trabalhadores em cooperativas sindicalizados possam tornar-se também dirigentes sindicais.

Uma peça chave no projeto do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em relação às cooperativas, tendo como referência as experiências internacionais, é a constituição de uma associação: a UNISOL Cooperativas – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo. A criação desta entidade, que foi politicamente lançada durante o encerramento do III Congresso dos Metalúrgicos do ABC, ter fortes vínculos com o movimento sindical, com partidos políticos e com outras entidades da sociedade civil. Entre suas atribuições está a aglutinação das cooperativas, fazendo convergir seus interesses e suas ações em termos econômicos, técnicos, sociais e políticos. Deste modo, a associação proposta se diferenciará das associações criadas, que via de regra caracterizam-se por estruturas centralizadoras e controladoras, com o objetivo de apenas fiscalizar o trabalho das cooperativas.

Para a constituição desta associação foram realizadas várias reuniões com a participação de representantes das cooperativas da região, do Sindicato dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Químicos do ABC, durante os meses de outubro e novembro de 1999, onde se discutiu os objetivos da UNISOL Cooperativas, as formas de participação das entidades, bem como o conteúdo do estatuto que passará a reger a associação. A admissão como afiliada é permitida para qualquer sociedade que tenha natureza cooperativista, desde que regularmente constituída e que tenha concordância com as disposições do estatuto.

Enquanto objetivos sociais, a UNISOL Cooperativas, “com base na colaboração recíproca, tem por objetivo principal reunir as cooperativas constituídas no Estado de São Paulo com a finalidade de obter unidade de ação, visando ao seu fortalecimento, bem como o desenvolvimento sócio-econômico de seus membros”. Para tanto, a UNISOL Cooperativas deverá:

- . Estimular o debate sobre os aspectos jurídicos e legais, apontando as necessidades de alterações na legislação, através de articulações políticas e

da participação de atores brasileiros e de outros países e do encaminhamento de propostas para o Congresso Nacional;

. Propiciar a criação de uma estrutura jurídica para o suporte às cooperativas já existentes e para o apoio à criação de novas cooperativas;

. Assessorar prefeituras para a constituição de cooperativas populares, a exemplo do que ocorre em Santo André, onde acompanhamos 12 cooperativas, com cerca de 500 trabalhadores. E em São Paulo, onde iniciamos neste ano trabalho semelhante.

. Estimular a criação de uma estrutura que possibilite a eficiência dos sistemas produtivos, administrativos e contábeis;

. Criar competências na área comercial e de marketing, dando melhores condições de mercado na aquisição de matérias-primas e incremento das vendas dos produtos e serviços gerados pelos seus associados;

. Promover a formação e treinamento dos cooperados, contando também com consultores qualificados para dar suporte às cooperativas quando necessário;

. Estabelecer formas para a contribuição financeira mensal dos associados da UNISOL Cooperativas, para o custeio da associação.

Formam a diretoria da UNISOL Cooperativas o presidente, o tesoureiro, o secretário e dois diretores adjuntos, todos cooperados e eleitos pelas assembléias gerais de suas respectivas cooperativas, para um mandato de 3 anos. Integra ainda a diretoria um representante indicado pelas entidades sindicais, que terá direito à voz, sem no entanto ter direito à voto.

Além do conselho fiscal, que cumpre o papel de fiscalizar as operações, atividades e serviços da associação, para atuar junto com a diretoria na representação política da UNISOL Cooperativas é previsto, também no estatuto, um conselho consultivo, que terá a co-responsabilidade pelas relações internacionais e na emissão

de pareceres prévios sobre contratos, convênios e protocolos a serem estabelecidos entre a UNISOL Cooperativas e outras instituições. Este conselho consultivo terá seis integrantes, sendo três deles indicados pelas afiliadas mediante deliberação da assembléia geral da associação, e outros três indicados pelo movimento sindical.

Cabe ainda aos sindicatos indicar o presidente de honra da UNISOL Cooperativas. Este presidente de honra, que tenha “notório reconhecimento público sobre os seus trabalhos em prol das sociedades cooperativistas”, deverá ter como atribuição “promover a divulgação do autêntico movimento cooperativista, nacional e internacionalmente, buscando apoios e incentivos para o seu desenvolvimento”.

#### Considerações finais

Esta década de noventa trouxe uma série de mudanças que alteraram o cotidiano das relações de trabalho no país. Seja pelos impactos decorrentes da abertura da economia e pelo novo patamar competitivo, seja pelas políticas (ou ausência delas) impostas pelo governo que têm levado à diminuição das atividades econômicas e produtivas. Soma-se ainda a tentativa de re-regulamentar as relações de trabalho, com o objetivo de reduzir seu custo, mas que em realidade tendem a precarizar ainda mais as condições de trabalho.

Neste contexto, o aumento do desemprego e o fechamento de inúmeras empresas têm contribuído para o crescimento da relação não formal de emprego. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, preocupado com este cenário, tem elaborado várias propostas com o objetivo de minimizar esta situação, como relatado anteriormente. No caso específico das cooperativas, mesmo levando em conta a existência de determinadas contradições, os Metalúrgicos do ABC têm apoiado a criação de cooperativas, entendendo que esta é sim uma alternativa concreta à manutenção e/ou geração de trabalho e renda para os trabalhadores.

A constituição de uma associação de cooperativas, como no caso da UNISOL Cooperativas, insere-se num projeto político mais amplo, confirmando a crença deste



Sindicato na geração de uma economia solidária, que cumpra seu papel em termos de democratização da economia e das relações de trabalho, e que possibilite dar um novo significado político e econômico ao desenvolvimento do cooperativismo, bem como à própria trajetória do sindicalismo.